

Lutar contra aquecimento é jogar dinheiro fora

É muito caro reduzir emissões de carbono. Terceiro e último artigo da série

BJORN LOMBORG
 The Guardian

Reduzir as emissões de carbono é desperdiçar dinheiro. No mês passado, em Bonn, quase todas as nações do mundo (com exceção dos EUA), chegaram a um acordo com relação à diminuição das emissões de carbono. Em linhas gerais, o acordo foi saudado como um passo praticamente decisivo para a salvação do planeta.

Isso não é apenas falso do ponto de vista científico – o acordo não trará quase nenhum bem –, como também é uma utilização muito pobre dos recursos para ajudar o mundo.

O aquecimento global é um fenômeno importante do ponto de vista ambiental, político e econômico. Não há dúvida alguma de que a humanidade tem contribuído para o aumento das concentrações atmosféricas de dióxido de carbono, e que isso provocará a elevação da temperatura. Mas, saber quais são as melhores atitudes a serem tomadas com relação ao futuro exige que separemos a hipérbole da realidade.

O alerta descrito no Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC) da Organização das Nações Unidas (ONU) de que a temperatura mundial subirá até 5,8 C no decorrer do próximo século baseia-se em uma variedade enorme de projeções e modelos muito semelhantes a uma história cuja narrativa depende em grande parte do computador.

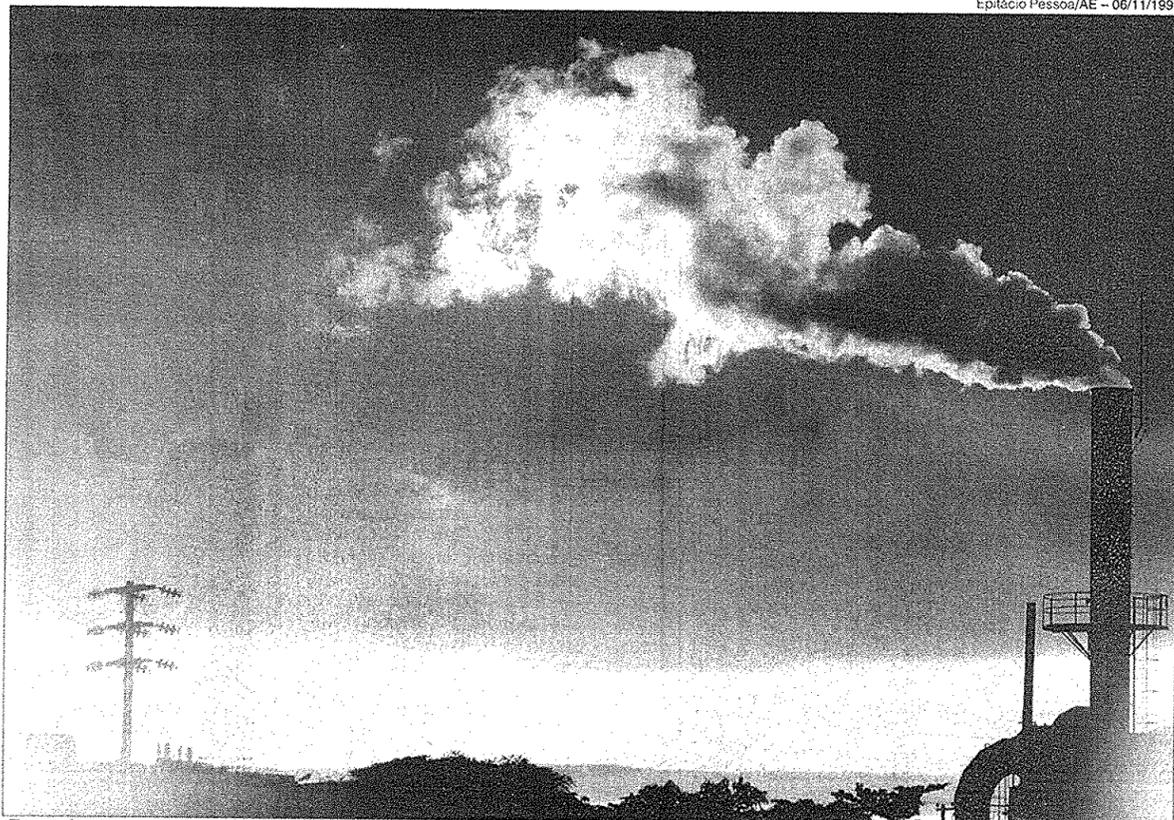
São remotas as probabilidades de cenários com alto grau de emissões. As análises mais sensatas indicam que as fontes renováveis de energia, sobretudo a solar, competirão com os combustíveis fósseis e deverão se tornar mais competitivas em meados do século 21. Com isso, as emissões de carbono provavelmente cairão, resultando em um aquecimento entre 2 C e 2,5 C.

Contudo, o aquecimento global acarretará custos vultosos.

Segundo estimativas do professor William Nordhaus, da Universidade de Yale, eles serão de aproximadamente US\$ 5 trilhões. Cálculos dessa ordem sempre pecam pela imprecisão. Entretanto, baseiam-se em modelos que mensuram o custo do aquecimento global em uma ampla variedade de áreas: na agricultura, florestas, pesca, energia, suprimentos de água, infra-estrutura, danos causados por furacões e secas, integridade das regiões costeiras, regiões terrestres traçadas pela elevação do nível do mar, encolhimento dos pântanos, desaparecimento de espécies, mortes, poluição e migração.

Diferenças – As consequências do aquecimento global serão mais intensas nos países em desenvolvimento (porque os pobres têm menos capacidade de adaptação), enquanto as nações industrializadas poderão se beneficiar de um aquecimento inferior a 2 C ou 3 C.

Embora saibamos que é preciso fazer algo muito sério em



Controlar emissão de dióxido de carbono, como pede o Protocolo de Kyoto, custa mais do que abastecer o mundo com água potável

relação ao aquecimento global, corremos o risco de administrar um remédio caro demais para o mal que nos aflige. As análises econômicas demonstram claramente que é muito mais oneroso reduzir radicalmente as emissões de carbono do que pagar o preço da adaptação às temperaturas mais altas.

Todos os modelos concordam que o efeito do Protocolo de Kyoto sobre o clima será minúsculo (especialmente depois das negociações firmadas em Bonn). Um modelo, proposto por um dos mais eminentes autores do relatório de 1996 do IPCC, mostra-nos como a implementação do protocolo reduziria uma elevação estimada de temperatura de 2,1 C, por volta de 2100, para 1,9 C. Em outras palavras, a temperatura prevista para 2094 foi adiada para 2100. Em sua essência, o protocolo não evita o aquecimento global, ele simplesmente nos dá seis anos de vantagem.

Se o protocolo for implementado sem a possibilidade de comércio de emissões (um mecanismo de negociação de volumes entre empresas), além de tornar praticamente inócuo o seu efeito sobre o clima, pouco aproveitará dos recursos disponíveis. O custo de um pacto desse tipo, somente para os EUA, seria maior do que o custo a ser pago pela resolução do problema global mais premente: abastecer o mundo todo com água potável e satisfazer suas necessidades de saneamento básico.

Estima-se que a solução desses problemas evitaria a morte anual de dois milhões de pessoas, impedindo ainda que um bilhão de indivíduos adoecesse gravemente todos os anos. Se não for possível o comércio de emissões, os custos seriam de cerca de US\$ 1 trilhão, quase cinco vezes o custo de passar a fornecer água limpa e saneamento para o mundo todo. Só para efeito de comparação, a ajuda global hoje em dia é de aproximadamente US\$ 50 bilhões anuais.

RECURSOS PODERIAM SER UTILIZADOS PARA AJUDAR PAÍSES POBRES



Se fôssemos mais longe ainda e limitássemos as emissões globais aos níveis de 1990, o custo líquido disso subiria para cerca de US\$ 4 trilhões, que é praticamente o quanto nos custa o aquecimento global.

De modo geral, o aquecimento global custará muito caro – US\$ 5 trilhões – e não há quase nada que possamos fazer a respeito. Mesmo lidando com ele da melhor maneira possível, ou seja, reduzindo pouquíssimo as emissões e apenas no longo prazo, a economia seria mínima (cerca de US\$ 300 bilhões). No entanto, se implementarmos o Protocolo de Kyoto ou outros programas mais ambiciosos, o mundo sairá perdendo.

Política – Não é curioso que as informações sobre o aquecimento global sempre girem em torno do mal que ele causa e pouco ou nada se diz dos efeitos negativos de regulamentações exageradas? É por que as discussões sobre o tema raramente dão oportunidade aos posicionamentos contrários, preferindo em vez disso adotar um tom dogmático e messiânico?

O problema é que a questão não se limita à descoberta pura e simples da melhor trajetória econômica para a humanidade. Existem aí raízes políticas muito mais profundas. Isto ficou claro no relatório de 2001 do IPCC que, entre outras coisas, advoga a fabricação de carros e trens menos velozes, exalta as qualidades das embarcações à vela e das bicicletas, propondo a adoção de economias regionalizadas para aliviar a pressão sobre a demanda por transporte.

Basicamente, o IPCC nos pede para que modifiquemos nosso estilo de vida pessoal, deixando de lado o consumo e nos concentrando em recursos compartilhados (por exemplo, através de co-propriedades). A mudança climática nos obrigaria a remodelar nosso mundo.

A questão, conforme colocada pelo IPCC, é que “as condições da aceitação pública de tais opções geralmente

não se dão em larga escala”. O relatório vai além e diz que a razão pela qual não estamos dispostos a aceitar veículos mais lentos, bem como nossa resistência às economias regionalizadas com bicicletas, deve-se à doutrinação imposta pela mídia, que nos mostra os personagens da TV como pontos de referência para nossas vidas, modelando valores e identidades. Conseqüentemente, a mídia poderia também ajudar a traçar um caminho que nos leve a um mundo mais sustentável: “A tomada de consciência dos profissionais de mídia em relação à necessidade de diminuição do efeito estufa e ao seu papel na modificação dos estilos de vida e aspirações seria um modo muito eficaz de estimular uma metamorfose cultural de proporções mais amplas.”

Embora a utilização do aquecimento global como trampolim para objetivos políticos mais abrangentes seja algo totalmente legítimo, é importante que tais objetivos fiquem claros. As coisas se complicam quando se tem uma organização que coleta dados científicos sobre o aquecimento global e, ao mesmo tempo, usa-os para a promoção de seus objetivos políticos.

Prejuízos – Portanto, são cinco as lições que podemos aprender com o aquecimento global. Em primeiro lugar, temos de nos dar conta do que exatamente estamos discutindo: o aquecimento global é uma questão que merece ser tratada da forma mais prática possível, ou será apenas uma plataforma para se concretizar determinados objetivos políticos? Creio que, para organizar com clareza nossa reflexão, deveríamos separar as duas coisas, principalmente porque tentar resolver tudo de uma só vez pode redundar em soluções ruins para todas as áreas. Assim, procurarei me ater unicamente à questão do aquecimento global.

Em segundo lugar, não deveríamos gastar fortunas para diminuir tão pouco a ten-

dência de elevação da temperatura global se com isso utilizamos mal os recursos disponíveis, já que esse dinheiro poderia ser empregado de maneira muito mais eficaz no mundo em desenvolvimento.

A conexão entre o uso de recursos para deter o aquecimento global e para ajudar o mundo em desenvolvimento, coloca uma questão de consequências muito profundas, porque o mundo em desenvolvimento será sem dúvida o mais prejudicado. Ao gastarmos os recursos que temos para diminuir os efeitos do aquecimento global, estamos ajudando também os futuros habitantes do mundo em desenvolvimento; entretanto, se usarmos esse mesmo dinheiro diretamente nos países em desenvolvimento, ajudaremos seus habitantes atuais e, na seqüência, os seus descendentes.

Uma vez que as populações do terceiro mundo serão provavelmente mais ricas no futuro e, considerando que o retorno sobre os investimentos nos países em desenvolvimento é muito maior do que os recursos investidos na redução do aquecimento global (cerca de 16% contra 2%), a questão resume-se então em saber se nossa intenção é promover a melhoria das condições de vida no terceiro mundo daqui a cem anos, ou ajudar as pessoas pobres desses países nos dias de hoje.

Para que tenhamos uma ideia das dimensões do problema, calcula-se que o custo da implementação do protocolo

de Kyoto seja de aproximadamente US\$ 150 bilhões ao ano, talvez muito mais. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) estima que com apenas US\$ 70 a US\$ 80 bilhões seria possível dar aos habitantes do terceiro mundo acesso às coisas mais elementares da vida, como saúde, educação, água e saneamento básico. Se pudéssemos juntar todo esse dinheiro e empregá-lo hoje nos países em desenvolvimento, isto lhes daria também um futuro bem mais promissor em termos de recursos e infra-estrutura, permitindo-lhes lidar muito melhor com o aquecimento global.

Em terceiro lugar, uma vez que a redução das emissões de dióxido de carbono no curto prazo é um processo caro e contraproducente, deveríamos concentrar nossos esforços na redução das emissões dos gases do efeito estufa no longo prazo. Em parte, isto significa que precisamos investir mais na pesquisa e desenvolvimento da energia solar, fusão e outras possíveis fontes de energia.

Visto que os EUA investem hoje apenas US\$ 200 milhões em pesquisa e desenvolvimento de fontes renováveis de

energia, seria preciso que houvesse um aumento substancial de verba para que essas fontes se tornassem uma opção viável no fim do século. Isto significa também que deveríamos estar mais abertos para outras alternativas tecnológicas (como a geoengenharia). Elas prometem, entre outras coisas, a fertilização dos oceanos (por meio da qual mais algas reteriam o carbono quando morressem depositando-o no leito do oceano), a introdução de partículas de enxofre na estratosfera (resfriando-a), além da coleta do dióxido de carbono resultante da queima dos combustíveis fósseis, devolvendo-o em seguida às formações geológicas.

Em quarto lugar, temos de relacionar o custo do aquecimento global ao restante da economia mundial. As análises mostram que se escolhêssemos o método menos eficiente de combate às emissões de carbono, a temperatura ficaria estacionada por apenas alguns anos em meados do século. Sob esse aspecto, o aquecimento global é uma questão que oferece pouca margem de manobra.

Por fim, isto mostra que o aquecimento global não é o problema mais urgente do mundo. O que realmente importa é dar condições aos países em desenvolvimento para que enriqueçam, dando também maiores oportunidades aos cidadãos do primeiro mundo.

O relatório de 2001 do IPCC apresenta quatro cenários principais. Se optarmos por um mundo voltado para o desenvolvimento econômico em âmbito global, a renda mundial será superior a US\$ 900 trilhões, aproximadamente. No entanto, se optarmos pelas preocupações ambientais, mesmo com a persistência da globalização, a humanidade ficará em torno de US\$ 107 trilhões mais pobre, ou 12% da renda total estimada. Se nossa escolha recaísse sobre um enfoque mais regionalizado para a solução dos problemas do século 21, as perdas ficariam entre US\$ 140 trilhões e US\$ 274 trilhões.

Além disso, os mais prejudicados seriam os países do terceiro mundo. É bom lembrar novamente que esses dados têm de ser analisados à luz de custo total de US\$ 5 trilhões imposto pelo aquecimento global, bem como à luz do fato de que a política mais eficiente de combate ao aquecimento global resultaria em uma economia de apenas US\$ 300 bilhões.

Se quisermos que o planeta ofereça o máximo possível de bem-estar para nossos descendentes, tanto no mundo em desenvolvimento quanto no mundo desenvolvido, é imprescindível que nos concentremos sobretudo nas questões econômicas e na resolução dos problemas no plano mundial, em vez de nos preocuparmos com o meio ambiente em um contexto

regionalizado. Em outras palavras, isto significa assegurar o crescimento econômico, principalmente no terceiro mundo, garantindo ao mesmo tempo a prevalência da economia em escala global, duas coisas que o mundo tem buscado de forma muito clara na esfera da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Se formos bem sucedidos, aumentaremos a renda mundial em cerca de US\$ 110 trilhões, ao passo que a redução mais drástica possível do aquecimento global redundaria em um aumento de riqueza de apenas US\$ 300 bilhões. Portanto, que ninguém se engane: o que realmente importa para nós e para o futuro dos nossos filhos não resultará de decisões tomadas com base no relatório do IPCC, e sim de decisões arbitradas no âmbito da OMC.

■ Bjorn Lomborg é professor adjunto do departamento de ciências políticas da Universidade de Aarhus, Dinamarca.

ALERTAS ENVOLVEM OBJETIVOS POLÍTICOS